

Do fundamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo

FLÁVIA MARIA DE CARVALHO*

A obra de Charles Boxer *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil em Angola*¹, foi pioneira, entre os trabalhos relacionados à presença portuguesa em suas possessões ultramarinas, a destacar o papel dos africanos na dinâmica do comércio de escravos. A obra destaca a participação de membros da elite política do antigo reino do Ndongo na etapa responsável pela captação e negociação desses escravos junto aos europeus. Partindo da contribuição de Charles Boxer iniciamos nossa pesquisa sobre os sobas – chefes locais que gozavam de grande autonomia no antigo Ndongo, que a partir de 1671 passou a ser chamado de Angola em função do fim de sua autonomia política junto aos portugueses².

O antigo Ndongo, como a grande maioria dos potentados africanos, tinha seus limites estabelecidos por acidentes geográficos. Os rios Kuanza e Lukala eram suas as fronteiras naturais, habitadas por povos ambundu falantes de kimbundu. Os habitantes do Ndongo tinham como principais atividades a agricultura, o pastoreio e a fabricação de ferramentas e utensílios de materiais variados, onde se destacavam as técnicas de metalurgia relacionadas ao ferro.

A origem do Ndongo tem origem nas migrações de povos bantos que deixaram as regiões de Shaba e se deslocaram em direção ao oeste da África Central. De acordo com Jan Vansina³ o povoamento do Ndongo foi provocado por uma principal leva migratória, que se extinguiu antes do ano 1100. Já para David Birmingham⁴

* Doutoranda em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista com pesquisa financiada pela CAPES.

¹ Boxer, Charles Ralph. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602 – 1686*. SP: Cia Ed. Nacional / USP, 1973.

² O nome Angola deriva do título do soberano do Ndongo, denominado Ngola. Os portugueses passaram a se referir aos territórios localizados entre os rios Kuanza e Lukaka como as terras do Ngola, que deu origem ao nome Angola.

³ Vansina, Jan. *Paths in the rainforests. Toward a history of political tradition in equatorial Africa*. Madison: Wincosin, 1990.

⁴ Birmingham, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

ocorreram diferentes levas migratórias sucessivas responsáveis por esse povoamento, que segundo o autor extrapolaram a datação considerada por Jan Vansina. Em nossa pesquisa consideramos a existência de um principal deslocamento populacional, como sugere Jan Vansina, mas não descartamos a permanência desses fluxos migratórios mesmo após o ano 1100.

Inicialmente o Ndongo era uma das províncias subordinadas politicamente ao Congo, que reconhecia a autoridade de seu principal líder o manicongo. Essa vinculação representava na prática muito mais um compromisso com o pagamento de tributos, do que uma real intervenção política.

Entre as características políticas do Ndongo destacamos seu caráter descentralizado. Apesar da existência de um soberano – chamado Ngola, o Ndongo era dividido em vários sobados, que na prática eram chefaturas independentes, que apesar de reconhecer a liderança do Ngola gozavam de grande autonomia. Cada um desses sobados era governado por um soba, e são esses os personagens protagonistas de nossa pesquisa. Nas palavras de Beatrix Heintze: “Os chefados reproduziam em ponto pequeno a estrutura do Estado em que se inseriam. [...] O rei raramente se imiscuía em questões locais.”⁵

Inicialmente os portugueses estabeleceram contato com o Congo, com quem firmaram parcerias comerciais responsáveis pelo fornecimento de escravos para o mercado atlântico. Os vínculos entre portugueses e a elite política do Congo foi se intensificando durante o século XVII, e extrapolou as alianças mercantis. Um exemplo que confirma esse argumento foi a intensa presença de missionário na região, que culminou com a conversão do manicongo ao Catolicismo. A partir desse marco, que conjugava elementos religiosos e interesses políticos, os portugueses passaram a influenciar a organização da então “corte” do manicongo.

Seguindo as orientações de Antônio Custódio Gonçalves⁶ não utilizamos o termo “reino” para definir os grandes potentados africanos, apesar da tentativa dos portugueses em tentar transplantar uma nomenclatura repleta de títulos e de hierarquias para os súditos do então “rei” do Congo. Um dos maiores obstáculos

⁵ Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e História*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2007, p. 230.

⁶ Gonçalves, Antônio Custódio. *A História revisitada do Kongo e de Angola*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

para essa tentativa era a grande diferença depositada em relação ao conceito e ao exercício do poder. Entre os africanos o poder tinha uma origem sobrenatural, os soberanos eram responsáveis pela comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos, além de terem funções associadas ao poder de fazer chuva⁷. Seus elementos políticos não eram dissociados de elementos tradicionais da cultura banto, que vinculava o poder ao sobrenatural – aspecto totalmente alheio ao conceito de monarquia concebido pelos europeus.

A aproximação dos portugueses junto a elite política do Congo foi aos poucos enfraquecida, na medida em que os portugueses foram adquirindo conhecimento em relação as várias possibilidades de alianças que existiam, em potencial, na região. Nesse contexto os imbangalas se destacaram por oferecer aos portugueses alianças militares que se tornaram decisivas para a definição da condução da política portuguesa na África Centro Ocidental. Alguns historiadores africanistas utilizam os termos jagas e imbangalas como sinônimos, Beatrix Heintze⁸ e Luiz Felipe de Alencastro⁹ estão entre esses estudiosos. Uma das dificuldades para a diferenciação entre esses grupos está na prática comum entre a maior parte dos observadores e autores de fontes que confundiram, e utilizaram os termos com o mesmo significado. Consideramos em nosso trabalho que o termo jaga é uma definição genérica para grupos de guerreiros sem uma identidade étnica definida. Os imbangalas são um dos grupos com hábitos típicos dos jagas, que passaram a ser definidos como tal justamente pela identificação e semelhanças entre seus costumes. Não consideramos os jagas como um grupo étnico, ou como um grupo de origem, mas sim um exército formado por homens nômades¹⁰, onde não prevaleciam os meios de reprodução natural e que aumentavam em número através do recrutamento de homens de grupos variados. Para David Birmingham jagas e imbangalas são povos diferentes: os jagas seriam povos vindos do leste e que teriam se estabelecido em territórios do Congo, já os imbangalas seriam povos vindos do leste em direção as regiões da África Centro

⁷ Miller, Joseph. *Poder político e parentesco. Os Estados mbundus em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

⁸ Heintze, Beatrix. *Op. cit.*

⁹ Alencastro, Luiz Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. SP: Cia das Letras, 2000.

¹⁰ Os imbangalas abandonaram a vida nômade por volta do ano de 1620 após a fundação do Estado de Cassanje. Birmingham, David. *Op. Cit.*

Ocidental se concentrando principalmente no território do Ndongo. Uma das hipóteses sobre a origem dos jagas defende que a sua origem foi posterior a desintegração dos territórios do povo luba, que após o fim de sua unidade territorial adotaram um novo estilo de vida. Já os imbangalas teriam origem lunda e que migraram para o Ndongo após o estabelecimento dos luba em seus territórios de origem.¹¹

O apoio dos imbangalas favoreceu o deslocamento das pretensões portuguesas do Congo em direção ao Ndongo, já que apoiaram os portugueses em conflitos no Congo, quando os estrangeiros exigiam maiores vantagens comerciais¹².

O resultado desses conflitos, que tiveram como ápice a batalha de Ambuíla (1665), foi o processo que destacou o Ndongo como foco dos investimentos dos portugueses. Defendemos em nossa pesquisa que um dos elementos que convergiram para esse deslocamento do Congo para o Ndongo foi a aquisição de conhecimento por parte dos portugueses em relação a distribuição de poderes no Ndongo. O grau de autonomia dos sobas, e a possibilidade de negociar diretamente com esses chefes facilitaram as transações dos portugueses, que no início do século XVII até o ano de 1671, adotaram uma política que oscilou entre alianças e conflitos, mas evitando uma contestação direta à figura do Ngola¹³. A partir de 1671 os portugueses, após derrotar militarmente os principais grupos de opositores dentro do Ndongo, conseguiram nomear como soberano um Ngola comprometido com seus interesses políticos e mercantis. Definido na historiografia por autores como David Birmingham¹⁴ como “Ngola fantoche”, o novo soberano tinha o compromisso de atender as expectativas dos portugueses, o que na prática significa permitir um trânsito livre para os seus mercadores em direção aos sertões do Ndongo.

Os primeiros contatos travados entre portugueses e as elites políticas do Ndongo foram mediadas por presentes e por uma sequência de “embaixadas”, nome dado aos encontros entre funcionários portugueses e representantes dos chefes africanos, que

¹¹ Birmingham, David. *Op. Cit.*

¹² Birmingham, David. *Op. cit.*

¹³ Esse modelo de intervenção política adotado pelos portugueses no Ndongo foi definido de governo indireto por Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. SP: Cia das Letras, 2000.

¹⁴ David Birmingham. *Op. Cit.*

tinham como objetivo estabelecer as normas do encontro. Para essas embaixadas eram designados os macunges, membros do sobado que tinham como principal função os acordos “diplomáticos”. A função dos macunges foi com o passar do tempo, ganhando importância e prestígio, já que eram eles que negociavam com os portugueses a permissão para transitar entre os sobados, além de garantir o fornecimento dos escravos.

Além dos macunges o Ngola e os sobas eram cercados de outros funcionários, cada um com funções bem delimitadas.

Para além da autoridade do rei, as pessoas que detinham um estatuto mais elevado eram os membros da família real (parte da qual vivia na corte e cujos homens aptos para o serviço militar formavam uma ala especial do exército, os dignitários e conselheiros do rei e os chefes; a ainda os sacerdotes, adivinhos e curandeiros que, a maior ou menor distância o rei mantinha sempre à sua volta, em grande número. (Heintze, Beatrix, 2007, p. 233).

Essa especificação de tarefas é mais um dos indícios da característica de descentralização do poder no Ndongo, se opondo à uma visão de poder absoluto.

Nos primeiros anos de contato estabelecidos entre portugueses e os sobas foi adotado o sistema de amos. O sistema de amos foi utilizado desde o governo de Paulo Dias Novais, sendo legalmente extinto por uma provisão da Coroa portuguesa expedida em 1592¹⁵, e representava na prática uma divisão desses sobados entre os portugueses. De acordo com o sistema de amos os sobas eram descritos e considerados como propriedades de seus senhores – amos. Cada um desses portugueses tinha o direito de cobrar tributos desses sobas, além de ser um direito hereditário. O sistema de amos retirava da Coroa portuguesa os mecanismos de controle e fiscalização que poderiam ser utilizados junto aos sobas. Com a abolição do sistema de amos a Coroa portuguesa instituiu o sistema de vassalagem. Herdado da concepção medievalista das relações de suserania e vassalagem das sociedades feudais, os portugueses idealizaram uma relação baseada em vínculos pessoais e compromissos mútuos, porém mais uma vez os portugueses se equivocaram ao tentar transpor para as sociedades africanas modelos políticos europeus.

¹⁵ Na prática o sistema de amos somente foi extinto anos depois em 1607.

As relações de vassalagem tipicamente feudais – europeias tinham como principal referência a propriedade da terra. Um suserano distribuía suas terras entre nobres aliados, que passavam após a cerimônia ser seus vassalos. Esse compromisso era firmado em termos de ajuda mútua, traduzidos principalmente em auxílios militares em um contexto onde a terra por ser a principal riqueza precisava ser defendida.

No Ndongo essa realidade era outra. A terra não tinha o mesmo significado que aquele concebido pelos europeus, muito pelo contrário. Para os *ambundus*, assim como entre a maioria dos grupos habitantes da África Centro Ocidental, a terra era um bem coletivo e não uma forma de enriquecimento ou prestígio particular. Para os africanos não era a terra que conferia poder à um indivíduo, nem mesmo à um chefe, mas sim o número de pessoas que reconheciam a sua autoridade, e a força de trabalho que essas pessoas representavam¹⁶. A terra era vista como um meio responsável pela produção e geração de riquezas - produção de alimentos, extração de minérios, por exemplo- não como uma riqueza em si. Essa primeira diferença entre a concepção de poder e riqueza entre portugueses e africanos.

Com o fim do sistema de *amos* os *sobas* deixaram de prestar obediência à indivíduos particulares e se tornaram vassalos da Coroa Portuguesa. Essa alteração representou uma tentativa de centralizar a arrecadação de tributos, assim como a possibilidade de negociar diretamente com os chefes, padronizando suas relações através da definição dos direitos e deveres de ambas as partes através dos contratos denominados *autos* de vassalagem. As relações com os *sobas* assumiam um caráter contratual.

Outro aspecto relevante na análise das práticas de avassalamento dos *sobas* do Ndongo, foi a apropriação de uma cerimônia original *mbundu* do fundamento para a construção da cerimônia de avassalamento dos *sobas* junto aos portugueses. Os fundamentos eram cerimônias que tinham como principal função a transmissão de poder dos chefes para seus sucessores¹⁷. A cerimônia evidenciava para todos os

¹⁶ Thornton, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800*. RJ: Ed. Campus, 2004.

¹⁷ No caso de chefes falecidos o fundamento era praticado por membros da elite política, principalmente os *macotas* – conselheiros do Ngola que também prestavam auxílio aos *sobas*.

membros do grupo que a partir daquele momento um novo indivíduo deveria ser reconhecido como autoridade, estando associado aos poderes sobrenaturais.

As cerimônias de avassalamento eram cercadas por ritos, interpretadas de forma diferente por portugueses e africanos. Os portugueses tomaram conhecimento da prática do undar e passaram a adotar elementos da cerimônia original para criar a prática do avassalamento dos sobas. O undamento perdia, a partir dessa apropriação estrangeira, seus significados originais e passava a incorporar novos elementos e novos significados, como por exemplo rituais cristãos. O resultado dessa combinação foi a recriação do undamento com o sentido de reconhecimento das autoridades portuguesas por parte dos sobas ambundus.

Os autos de vassalagem foram importantes instrumentos de poder utilizados nas relações entre ambundus e portugueses. Após a cerimônia eram produzidos documentos escritos onde ambas as partes se comprometiam a colocar em prática as cláusulas dos autos, fontes relevantes em nossa pesquisa por descrever e permitir a pesquisa sobre as relações entre funcionários metropolitanos e as elites políticas africanas. Apesar da disparidade entre as exigências estipuladas pelos portugueses e pelos ambundus, destacamos que por várias vezes os africanos exigiram que os portugueses cumprissem seus compromissos especificados nos autos, principalmente no que diz respeito a proteção militar oferecida pelos portugueses em casos de hostilidades entre sobas vassalos e sobas não vassalos.

De acordo com Elias Alexandre¹⁸, militar português que viveu em Angola na década de 90 do século XVIII e autor da História de Angola escrita em 1792, a vassalagem era considerada uma alternativa em casos decisivos, como um recurso em situações limites, uma estratégia de proteção militar utilizada por alguns sobas:

uns acabam a vida, outros se rendem aos ferros do cativo, e os que procuram experimentar um novo meio entre a desgraça e o fim da vida, pedem a vassalagem como indulto sagrado, que os põem coberto de qualquer insulto, não só de estímulo português, mas como de seus bárbaros inimigos.
(CORRÊA, 1937, p. 200).

De acordo com o mesmo documento a prática de vassalagem dos sobas durante o governo de Paulo Dias Novais é descrita como sinônimo de “domesticação”, que tinha

¹⁸ Corrêa, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa. Lisboa: 1937.

como objetivo “domesticar a fereza dos habitantes”.¹⁹ Com o passar do tempo, e com o que o historiador Luiz Felipe Barreto definiu como “aprendizado multissecular da colonização”²⁰, os portugueses adquiriram maiores e melhores informações sobre as realidades africanas, e aos poucos a relação entre portugueses e os sobas passou a ser encarada de outras formas: o termo domesticação deu lugar a expressão sujeição.

O soba undado, agora avassalado, deveria reconhecer a soberania da Coroa Portuguesa, mas aceitando a condição de vassalo. Por outro lado devemos levar em conta que o avassalamento gerava vantagens para os dois grupos envolvidos, mesmo que em proporções desiguais. Utilizamos a análise Marcel Mauss²¹ para compreender os mecanismos de reciprocidade de vantagens e benefícios que compunham o ato de avassalamento dos sobas, contribuindo para a análise dos mecanismos de poder que combinadas deram origem ao vínculo entre portugueses e as elites locais *ambundus*. Marcel Mauss comenta que o ato de retribuir um benefício configura um código social – ato frequente nos primeiros contatos entre os sobas portugueses e os colonizadores portugueses – momento em que são definidas e equilibradas as relações e as redes de solidariedade²² entre os indivíduos de grupos e origens distintas.

A presença portuguesa gerou entre, os africanos, tendências que buscavam o fortalecimento de sua identidade, interpretadas em nossa pesquisa como um meio de resistência frente às interferências portuguesas. Uma alternativa utilizada como estratégia entre os africanos para fortalecer seu grupo, e conseqüentemente o poder político de seu soba era o fortalecimento de sua linhagem, o que na prática significava valorizar ancestrais em comum entre membros do mesmo grupo ou junto a indivíduos de grupos diferentes. Legitimar os mesmos ancestrais era o mesmo que compartilhar mitos de origem em comum, o que era essencial para a construção de uma identidade linhageira. Esse vínculo trazia implícito o compromisso de ajuda mútua e do

¹⁹ Idem, p. 204.

²⁰ Sobre as experiências e os aprendizados multisseculares da colonização portuguesa ver o trabalho de Luiz Felipe Barreto. *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sócio cultural*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989, p. 56.

²¹ Mauss, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, s/d. O autor chama a atenção para esses mecanismos de coesão presentes em sociedades em que o Estado ainda mal afirmou sua soberania. Para Marcel Mauss essas redes criam e fortalecem laços através do que ele chamou de “teoria geral da obrigação”, *Op. Cit.*

²² Para Marcel Mauss essas redes criam e fortalecem laços através do que ele chamou de “teoria geral da obrigação”, *Op. Cit.*

fortalecimento militar contra inimigos em comum. Antônio Custódio Gonçalves esclarece que esses mecanismos davam coesão as linhagens e ao grupo:

Para definir sua origem em comum, as linhagens devem reconstruir as suas genealogias, quase sempre recompostas, até ao ponto em que se reunificam na pessoa de uma mesma mãe-fonte. Tudo depende da tradição e das estratégias políticas de cada grupo num determinado momento: um grupo fará tudo para se coligar e um grupo dominante, elaborando, para isso, todo o gênero de reconstruções genealógicas. (GONÇALVES, ANTÔNIO CUSTÓDIO, 2005, p. 70).

Uma das alternativas para o fortalecimento de uma linhagem era a prática realizada pelos sobas, ou mesmo pelo Ngola, quando este cedia parte de seus territórios para outro grupo africano, considerado estrangeiro, ou mesmo formado por escravos. Este membro estrangeiro selava compromissos com o soba, devendo obediência e se comprometendo com as defesas de seus interesses, dessa forma fortalecendo a linhagem predominante no sobado. O soba estendia com essa doação o seu poder, passando a ter um vínculo paternal com os novos membros de seu grupo: “ceder uma terra com a concessão do poder a autonomia constitui um ato de “paternidade” (ki-taata)”.²³ Através dessa prática o soba aumentava o número de séquitos e conseqüentemente seu raio de intervenção político, se fortalecendo militarmente e colocando maiores obstáculos aos interesses e intervenções dos portugueses.

Através do avassalamento dos sobas os portugueses abriram caminhos e importantes rotas comerciais em direção aos sertões do antigo Ndongo, atingindo principalmente áreas de captação de escravos. Defendemos em nossa pesquisa que é possível analisar o processo de interiorização dos portugueses nos territórios da África Centro Ocidental nos séculos XVII e XVIII através da análise e da localização geográfica dos sobados avassalados.

Analisando as trajetórias dos governadores portugueses é possível identificar o processo de construção de alianças e dos conflitos travados entre funcionários portugueses e membros da elite política ambundu, ressaltando a relevância da participação dos sobas na condução da política mercantil da Coroa, e da própria trajetória das instituições de poder responsáveis pelo governo do Ndongo. Analisando os autos de vassalagem podemos mapear a trajetória da interiorização dos portugueses

²³ Gonçalves, Antônio Custódio. *Op. cit.*, p. 71.

nos sertões, e o desenho das rotas comerciais responsáveis pelo fornecimento de escravos para o mercado atlântico.

BIBLIOGRAFIA:

Alencastro, Luiz Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. SP: Cia das Letras, 2000.

Barreto, Luiz Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sócio cultural*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989.

Birmingham, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

Corrêa, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa. Lisboa: 1937.

Gonçalves, Antônio Custódio. *A História revisitada do Kongo e de Angola*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e História*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2007.

Miller, Joseph. *Poder político e parentesco. Os Estados mbundus em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

Thornton, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800*. RJ: Ed. Campus, 2004.

Vansina, Jan. *Paths in the rainforests. Toward a history of political tradition in equatorial Africa*. Madison: Wincosin, 1990.